

ESPAÇO DA LITERATURA E DA CRÍTICA – alternâncias e continuidades

SPACE OF LITERATURE AND CRITICISM – alternances and sequence

ESPACIO DE LITERATURA Y CRÍTICA – alternancias y continuación

Francigelda Ribeiro

Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professora da Faculdade do Vale do Itapecuru – FAI e da Rede de Educação Estadual do Maranhão.
francigelda@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0001-6820-9861>

Recebido: 10/09/2022; Aceito: 15/11/2022; Publicado: 21/03/2023.

RESUMO

Este artigo trata, por meio de um recorte para fins didáticos, de como o fenômeno literário e a crítica foram pensadas por diversos teóricos, em diversas culturas, evidenciando alterações e permanências na esfera do conceito dessas duas instâncias – literatura e crítica – que se efetivam interligadas, uma vez que toda crítica pressupõe um conceito de literatura. No contexto brasileiro, foram destacados críticos com contribuições elaboradas ao longo dos séculos XIX e XX. De modo delimitado, em âmbito nacional, enfatizou-se o pensamento do escritor e crítico piauiense Assis Brasil que elaborou uma tese a partir da qual se pode pensar o contexto literário brasileiro da segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Literatura; Crítica Literária; Assis Brasil.

ABSTRACT

This article deals, through an excerpt for didactic purposes, with how the literary phenomenon and criticism were thought of by different theorists, in different cultures, evidencing alterations and permanences in the sphere of the concept of these two instances – literature and criticism – that become effective interconnected, since all criticism presupposes a concept of literature. In the Brazilian context, critics with contributions elaborated throughout the 19th and 20th centuries were highlighted. In a delimited way, at the national level, the thought of the writer and critic from Piauí Assis Brasil was emphasized, who elaborated a thesis from which one can think about the Brazilian literary context of the second half of the 20th century.

Keywords: Literature; Literary Criticism; Assis Brazil.

RESUMEN

Este artículo trata, a través de un extracto con fines didácticos, de cómo el fenómeno literario y la crítica fueron pensados por diferentes teóricos, en diferentes culturas, evidenciando alteraciones y permanencias en el ámbito del concepto de estas dos instancias –literatura y crítica– que devienen efectivos interconectados, ya que toda crítica presupone un concepto de literatura. En el contexto brasileño, se destacaron críticas con aportes elaborados a lo largo de los siglos XIX y XX. De manera delimitada, a nivel nacional, se destacó el pensamiento del escritor y crítico *piauiense* Assis Brasil, quien elaboró una tesis a partir de la cual se puede pensar el contexto literario brasileño de la segunda mitad del siglo XX.

Palabras clave: Literatura; Crítica Literaria; Assis Brasil.

INTRODUÇÃO

Ainda que implicitamente, toda crítica pressupõe tanto um conceito de literatura quanto a definição de um método de trabalho. Afrânio Coutinho (1911-2000), por exemplo, apresenta sua obra *Introdução à literatura no Brasil* (1959), justificando que ela pressupõe uma conceituação e um método em relação à literatura brasileira. No entanto, sabe-se que a dinâmica no processo da criação literária processa alterações teóricas e críticas e vice-versa. Tais esferas, por seu turno, não se desprendem do contexto histórico. Possível aqui expor o que assegurou, nesse sentido, René Wellek e Austin Warren: não é possível se “chegar a critérios, categorias e esquemas *in vácuo*” (2003, p. 38). Nenhuma crítica se fará a contento fora de um conjunto de questões ou sistemas conceituais que, por sua vez, são construídos e reconstruídos a partir de novas ordens estéticas que surgem em continuidade ou em ruptura com determinadas matrizes contextuais.

Vítor Manuel de Aguiar e Silva destaca, em seu manual *Teoria da literatura* (2007), um apanhado de definições conferidas ao lexema literatura (do latim: *litteratura*), desde os primórdios até autores do século XX. O uso do lexema literatura se estendeu até o séc. XVIII designando o saber e a ciência em geral. No século anterior, expressões como *letras humanas* e *belas-letras* eram utilizadas para se referir à produção de poetas, oradores, gramáticos, matemáticos etc. Porém a reflexão acerca do termo surgiu bem antes que a história portasse consigo tal lexema. A arte da palavra – *poiesis* – foi pensada por Platão (427/428? - 347/348? a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.) como *mimesis*. Para aquele, em sua *A República*, uma imitação de segunda ordem, ou seja, cópia de uma cópia, portanto um simulacro, uma imperfeição; para este, em sua *Poética*, uma imitação criativa perpassada pela subjetividade do criador.

No seu excuro, Aguiar e Silva confere destaque a Denis Diderot (1713-1784), filósofo iluminista e prenunciador da estética romântica, por conceber a literatura como uma atividade criadora específica, marcada por determinados valores estéticos e não mais como uma produção que dissesse respeito às ciências e às artes, em geral. Distinção que se deve ao amplo reconhecimento de que lograva a ciência, cujos escritos, pelo *status* adquirido, tornaram-se irredutíveis ao âmbito das *belas-letras*. Aguiar e Silva ressaltam, ademais, as contribuições dos alemães: Alexander Baumgarten (1714-1767) que, na obra *Meditationes philosophicae de nonnullis ad poema pertinentibus*¹, de 1735, cunhou o termo *estética*, e Immanuel Kant (1724-1804) que, em *Kritik der Urteilskraft*², de 1790, fundamentou a

¹ Meditações filosóficas sobre alguns tópicos referentes à essência do poema.

² Crítica do julgamento.

existência autônoma dos valores estéticos. Soma-se a isso, o fato de haver, durante o Romantismo, uma expansão de textos literários em prosa: romance, novela, memórias, biografias, gêneros que adquiriram estatuto estético não usufruído em séculos anteriores. Nesse sentido, vale ressaltar que Friedrich Schlegel (1767-1845) relacionou o *romântico* ao próprio romance, por sua essência peculiar e pelo que este continha de “beleza e veracidade próprias, diferentes das que caracterizavam a [arte] grega” (REALE; ANTISERI, 2005, p. 11).

Ao longo deste artigo, as propostas acerca das quais orbitaram conceitos do fenômeno literário e da crítica, em contextos histórico-culturais diversos, serão expostas para que se reflita sobre as variações conceituais e as opções metodológicas e suas consequências diretas na defesa de valores e de elementos referentes ao feito literário. Objetivou-se aqui mostrar o fluxo de tendências críticas e noções do fazer literário segundo concepções de alguns pensadores reputados como importantes, de modo bem delimitado, a despeito do risco reducionista.

TEORIA E CRÍTICA – interdependências conceituais do fenômeno literário

Vítor Manuel de Aguiar e Silva, alertando acerca do caráter polissêmico do termo literatura, ressalta que se trata de um conceito sempre submetido a circunstancialismos histórico-culturais. Acrescenta que, somente o impacto provocado pelas chamadas correntes imanentistas, sobretudo, o formalismo russo, o *new criticism* e a estilística, surgidas nas primeiras décadas do século XX – alterou o *status* de literário que era conferido a textos advindos das mais diversas áreas do conhecimento. Correntes teóricas como o formalismo russo, o *new criticism* e a estilística, sobretudo, amalgamaram esforços no sentido de assegurar um campo metodológico no qual se pudesse pensar a literatura enquanto fenômeno estético específico, independente da filologia, filosofia, história, sociologia, economia etc., de modo a possibilitar um conceito referencial para o fenômeno literário.

No formalismo russo, por exemplo, avulta o nome de Roman Jakobson (1896-1982), que cunhou o termo *literariedade*. Tal aspecto despontou como uma espécie de farol no extenso périplo em torno de uma definição do fenômeno literário. Jakobson afere que “l’objet de la science de la littérature n’est pas la littérature mais la littéarité, c’est-à-dire ce qui fait d’une œuvre donnée une œuvre littéraire³” (1997, p. 16).

³ “O objeto da ciência da literatura não é a literatura, mas a literariedade, ou seja, o que faz de uma determinada obra uma obra literária”.

Nesse sentido, os formalistas russos defenderam a literatura enquanto um modo especial de articulação da linguagem que, *desautomatizada*, produziria o estranhamento da mensagem, conforme esclarece Terry Eagleton:

Os formalistas começaram por considerar a obra literária como uma reunião mais ou menos arbitrária de “artifícios” [que] incluíam som, imagens, ritmo, sintaxe, métrica, rima, técnicas narrativas; na verdade, incluíam todo o estoque de elementos literários formais; e o que todos esses elementos tinham em comum era o seu efeito de “estranhamento” ou de “desfamiliarização”. [...] Sob a pressão dos artifícios literários, a linguagem comum era intensificada, condensada, torcida, reduzida, ampliada, invertida. Era uma linguagem que se “tornara estranha”, e graças a este estranhamento, todo o mundo cotidiano transformava-se, subitamente, em algo não familiar. Na rotina da fala cotidiana, nossas percepções e reações à realidade se tornam embotadas, apagadas, ou como os formalistas diriam, “automatizadas” (EAGLETON, 2001, p. 4-5).

Vale ressaltar que conceber a crítica literária como uma ciência da literatura implica que se conceba o objeto de acordo com leis e estruturas autônomas. No caso específico do formalismo russo, demandou certa hegemonia do significante, do texto na sua imanência.

Muitos contrapontos surgiram a essa ideia, Aguiar e Silva aponta alguns, dentre eles: Tzvetan Todorov (1939) que argumenta contra a tal referencialidade em detrimento do caráter heterogêneo do discurso literário; Ludwig Wittgenstein (1889-1951) que nega uma concepção da literatura enquanto ideia essencialista; Earl Miner (1924-2004) que rejeita o raciocínio que tende a reificar a literatura, pois, para ele, a literatura só se configura enquanto metáfora.

A despeito de algumas semelhanças com o formalismo russo, por romper com a perspectiva extrínseca dos estudos literários, o *new criticism* nasceu nos Estados Unidos e, assim, foi designado por John Crowen Ransom, em 1940. Bem antes, Thomas Stearns Eliot lançou o ensaio *Tradição e talento individual*, em 1919, lançando as bases dessa corrente crítica. Em perspectiva antibiográfica e anti-histórica, os novos críticos advogavam o que ficou conhecido como *close reading*, uma leitura intrínseca e detalhada do poema, observando suas especificidades semânticas e tensões internas. Afrânio Coutinho (1911-2000), que esteve nos Estados Unidos entre 1942 e 1947, foi quem se dedicou a divulgar no Brasil os ideais do *new criticism*.

Ocupando-se com o estilo, com os recursos expressivos da linguagem, ganhou destaque a estilística. De acordo com Morejon e Martins (1967), a estilística moderna se voltou para os expedientes expressivos, afetivos e estéticos ao se estudar os efeitos da obra poética. Destacam os autores que se trata de

Um dos ramos mais importantes da pesquisa literária, o mais importante para descobrir a “unicidade” da obra de arte, ou a adequação entre a expressão verbal

e os múltiplos conteúdos de um autor, de uma consciência artística expressa. Existem vários tipos de Estilística, mas a que verdadeiramente interessa a nosso estudo é aquela que se aplica à investigação da obra literária. [...] Afirma Amado Alonso em uma carta aberta a Alfonso Reyes sobre estas questões – “trata de sentir la operatória de las fuerzas, psíquicas que forman la composición de la obra, y ahonda en el placer estético que mana de la contemplación y experimentación de la estructura poética. Después, solo después, cada uno de los elementos es estudiado y mirado en su papel estructural en la creación poética: ¿ qué sugiere aquí este diminutivo?, como está constituido el ritmo, qué revela dei momento de la creación artística y qué efectos estéticos produce? ; qué papel hace esta metáfora, cuál es su hechura y qué armonía guarda com el sistema entero de la producción entera dei autor?” (MOREJON; MARTINS, 1967, p. 157).

Priorizando autores, textos e gêneros, a estilística considera a materialidade verbal, os traços peculiares expressivos.

Pode-se aqui, por exemplo, acrescentar que Terry Eagleton, em *Teoria da literatura: uma introdução*, aponta severas críticas ao formalismo russo, sobretudo, quanto à tentativa de conferir uma essência imutável a uma instância inalienavelmente histórica como a literatura; para ele, sempre tangenciada por questões ideológicas. Argumenta: “os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis, mas que esses juízos têm, eles próprios, uma estreita relação com as ideologias sociais” (EAGLETON, 2001, p. 22). Mencionando que alguns grupos sociais teriam, em determinados contextos, influências para potencializar certos juízos de valor, ressalta Eagleton a impossibilidade de uma definição eternamente válida para o termo.

No que tange ao conceito de literatura, vale citar o modo como Jonathan Culler introduz o segundo capítulo do seu manual *Teoria literária: uma introdução*: “O que é literatura? Você pode pensar que essa seria uma questão central para a teoria literária, mas na realidade ela não parece ter muita importância” (1999, p. 26). Culler justifica sua argumentação respaldando-se em dois pontos: primeiro, mostra a interferência de ideias advindas da filosofia, linguística, história, teoria política e psicanálise no campo teórico literário; segundo, entende que obras de teoria literária já revelaram haver *literariedade* em outros discursos considerados não literários, como obras históricas e argumentos filosóficos, por exemplo. Para ele a indagação sobre o que é literatura não demandaria uma definição, mas uma análise. Ele conclui que os críticos e teóricos expõem um conceito de literatura com a finalidade de validar os métodos por eles utilizados em detrimento de outros.

Diante dos impasses apresentados, vale ressaltar não a impossibilidade, mas a dificuldade de se estabelecer uma definição para o fenômeno literário, visto que esta será, inexoravelmente, tangenciada por perspectivas variadas, em virtude de suas contínuas

transformações ao longo do tempo. Nesse processo, haverá sempre pensamentos sendo ressignificados, considerando tanto causas recentes quanto passadas, visto que revisitadas.

CRÍTICA LITERÁRIA BRASILEIRA: preâmbulo e configuração

No cenário brasileiro, as discussões acerca da literatura e da crítica não se deram sob contornos mais pacíficos. De acordo com Antonio Candido, a formação da literatura nacional ocorreu, efetivamente, em torno do ano de 1750, com a Academia Brasílica dos Renascidos (1759-1760), da Bahia; com a Academia dos Seletos (1752-1754), do Rio de Janeiro, e com poemas de Cláudio Manuel da Costa. Tudo o que antes foi produzido é, por ele, designado de manifestações literárias. Candido (2007) diferencia, pois, as manifestações literárias dos séculos XVI, XVII e XVIII do sistema literário em si, base para a constituição da literatura brasileira que se efetivou nos séculos seguintes.

A crítica literária, no Brasil, configurou-se durante o surgimento do Romantismo (1836-1881), época cuja tônica era a da construção de uma literatura própria. Houve uma cobrança crescente acerca de uma literatura nacional que, a propósito, antecedeu até mesmo a real possibilidade de sua efetivação, visto que, por evidências históricas e sociológicas, ainda não era possível aos escritores assimilarem uma identidade nacional da qual pudessem extrair, categoricamente, princípios estéticos que, *per se*, fossem peculiares, tais quais os reclamados no seio da crítica que visava distanciar a literatura brasileira da lusitana. Ao se configurar intelectualmente, o exercício crítico primou pela reconstituição da produção literária de escritores brasileiros.

À época, avultaram, sobre a literatura produzida no Brasil, alguns nomes como o do alemão Friedrich Bouterwek (1765-1828), o do francês Sismonde de Sismondi (1773-1842) e o do português Almeida Garrett (1799-1854) que, por exemplo, apreenderam a literatura brasileira conjuntamente com a da metrópole. Em contrapartida, o francês Ferdinand Denis (1798-1890), associando o viés nacional ao histórico, conferiu autonomia à literatura brasileira. No seu livro *Résumé de l'Histoire du Brésil, suivi du Résumé de l'Histoire de la Guyane*⁴ (1825), Denis destacou a presença da cor local, dos motivos autóctones, marcando a originalidade dos textos aqui produzidos. Vale destacar que as alterações políticas que resultaram na institucionalização da cultura até 1822, quando foi proclamada a independência política do Brasil, e, daí por diante, remetem à inserção do Brasil na chamada era da modernidade ocidental.

⁴ Resumo da história do Brasil, seguido do resumo da história da Guiana.

As discussões acerca da autonomia da literatura nacional resultaram em algumas polêmicas marcantes, uma delas foi a que incentivou o início da revista *Minerva brasiliense* – com circulação entre 1843 e 1845, no Rio de Janeiro. A referida polêmica se deu em torno da tese do chileno Santiago Nunes Ribeiro que defendeu a autonomia da literatura brasileira em resposta aos textos de José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) e de José da Gama Castro (1795-1875) que a negavam. Abreu e Lima destacou a insuficiência da cultura brasileira, a começar pela própria inferioridade intelectual do povo colonizador; para ele, caso os brasileiros não se filiassem à literatura lusitana, ficariam reduzidos a uma condição quase selvagem. Gama e Castro, por seu turno, defendeu que uma literatura não toma o nome da língua, senão o nome da terra na qual é escrita, nem mesmo uma independência política implicaria alguma mudança nesse estatuto.

Santiago Nunes Ribeiro, cuja argumentação vai além do princípio da língua e da reivindicada presença da cor local, defendeu a dissociação entre a literatura lusa e a brasileira, tendo como base um princípio filosófico que atendesse ao anseio íntimo animador dos escritos da *intelligentsia* nativa; o que equivaleria, segundo ele, a um sistema de vida social resultante “das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes, e hábitos” (RIBEIRO, 1974, p. 34). Reputou igual postura ao responder ao poeta e ensaísta brasileiro Gonçalves de Magalhães (1811-1882) por acusar a poesia brasileira de ser uma “Grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil” (idem, 1974, p. 19). Nunes Ribeiro contra-argumentou, asseverando: “não a declaremos estrangeira só porque a vimos vestida à grega ou à romana. A poesia brasileira da época anterior à independência foi o que devia ser. Porventura poderia ser a expressão das ideias e sentimentos de outros tempos?” (RIBEIRO, 1974, p. 39). Ratificando, assim, que não era lícito exigir de um século aquilo que ele não podia dar, bem como lembrando que a imitação era critério de excelência literária, conforme os princípios estéticos da época.

Nunes Ribeiro antecipou o que, mais tarde, Machado de Assis chamaria de “sentimento íntimo”, no ensaio *Instinto de nacionalidade* (1873), segundo o qual, mais que a presença dos costumes peculiares, do motivo indígena, da natureza, deveria existir no escritor um “sentimento íntimo que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1974, p. 345), sentimento que melhor traduziria o instinto da nacionalidade, o desejo de emancipação literária.

A exaltação nacional se fez o grande *leitmotif* dos escritores brasileiros. À época do Romantismo, pode-se também observar a crítica literária se realizando por meio da própria poesia, nos trabalhos realizados por Gonçalves de Magalhães (1823-1864) com a poesia O

nate, por Álvares de Azevedo (1831-1852) com a poesia *O poeta* e por Junqueira Freire (1832-1855) com a poesia *O menestrel do Sertão*, para citar três exemplos. Destacando, nesse aspecto, um método tributário do alemão Friedrich Schlegel, ao defender que poesia só podia ser analisada por poesia.

Expediente comum à literatura nacional em vias de afirmação, o discurso crítico orbitou em torno da ideia de literatura enquanto partícipe do processo de emancipação, à luz dos postulados positivistas. Assim, posteriormente, ganhou relevo o legado do sergipano Sílvio Romero (1851-1914) que reclamou caráter científico à crítica: “É preciso compreender-se melhor o espírito do tempo, e ver que na ciência é que está a salvação” (2002, p. 72). Centrando-se no ideal de raça do legado determinista de Hippolyte Taine (1828-1893), Sílvio Romero advogou que os românticos brasileiros haviam tomado erroneamente o índio como o grande ancestral para elaboração de uma identidade nacional. Segundo ele, não havia no Brasil uma realidade lusa, nem indígena, mas uma realidade mestiça responsável, inclusive, pela limitação cultural do povo. E, segundo Romero, tal debilidade só seria vencida, quando o processo de integração dos elementos heterogêneos que compunham a cultura brasileira se tornasse mais completo.

Em meio aos exageros, Antonio Candido destaca alguns acertos na crítica de Sílvio Romero, visto que pesquisas revelaram “até que ponto tinha razão quando reduziu o problema ao seu aspecto de integração étnico-cultural, tendente a criar uma realidade brasileira, por sobre o processo da fusão e assimilação dos elementos componentes” (CANDIDO, 2006, p. 80). Candido esclarece que, na ótica de Sílvio Romero, imbuído pelos preceitos de Hippolyte Taine, o branco só predominaria tornando-se mestiço. Vale ressaltar que Romero concebeu a literatura brasileira como uma escrita inferior e que, de acordo com seu método *utilitário-funcional*, um escritor era julgado segundo sua contribuição diante o processo civilizatório nacional.

Em linha semelhante à de Sílvio Romero, destaca-se a crítica do cearense Araripe Júnior (1848-1911) que ganhou notoriedade por sua teoria da *obnubilação brasílica*, defendida em 1886, apresentada como defesa da originalidade de uma literatura brasileira. Partindo de ideias defendidas por José Ortega y Gasset, Araripe Júnior esclareceu que o meio constituiu fator de conformação cultural. Assim, os colonos vivenciavam transformações ao atravessar o oceano, bem como na sua adaptação ao ambiente primitivo que encontravam nas Américas. Na esteira do determinismo tainiano, Sílvio Romero focalizou a raça ao tratar do nacionalismo literário e Araripe Júnior centrou-se no meio, enfatizando a questão climática. Ambos, distanciados dos elementos estéticos, primavam pelas causas sociológicas e historiográficas.

Sob a égide do positivismo, do evolucionismo de Spencer, do darwinismo, do determinismo e do naturalismo oitocentista, a geração de 1870 – da qual fizeram parte os dois críticos supracitados – legou a consolidação de uma crítica de caráter científico, no Brasil. Tanto aos românticos quanto à geração de 1870, a ideia de progresso, característica da modernidade, foi uma questão central. A configuração de uma literatura autônoma aliava-se à soberania da jovem nação.

José Veríssimo (1857-1916) ligou-se à geração de 1870 em princípios da sua atuação crítica. Sob a influência do método historicista do francês, Gustave Lanson (1857-1934), publicou, em 1916, a *História da literatura brasileira*. Partindo da ideia do caráter nacional, pensou a literatura brasileira com base no pendor político, fato perceptível pela divisão que fez da literatura em dois períodos: colonial e nacional – “sentimento nacional afinal consciente [...]. Por isso a literatura imediatamente posterior à Independência é ostensivamente, intencionalmente nacionalista e patriótica” (LANSON, 1963, p. 7), embora não negue traços distintivos daquela produzida na metrópole antes disso. Há de se destacar, no entanto, que Veríssimo estabeleceu uma concepção de literatura mais elaborada que seus antecessores. Segundo ele, “Literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura” (LANSON, 1963, p. 12). Aliou o literário ao que considerou sinônimo de *belas letras*, excluindo, do âmbito literário, textos relacionados à economia política, direito público, discursos parlamentares etc.

Não obstante uma crítica marcada por questões sociais, políticas e pelo *ethos* da nacionalidade enquanto critério de valor, Veríssimo delimitou o campo semântico do literário e, conseqüentemente, o campo de atuação do crítico. A partir de 1894, ele se distanciou da influência do determinismo ao assumir uma vertente mais impressionista em sua crítica, na linha do que propunha Anatole France (1844-1924), em *Vie Littéraire*, para quem as reações do crítico eram mais importantes que o próprio livro analisado. Tal corrente foi uma forma de reação à crítica naturalista e cientificista anterior.

Crítica literária brasileira no século XX

Nesse percurso, convém destacar o pensamento de Afrânio Coutinho (1911-2000) que, imbuído do pensamento crítico do *new criticism*, anti-historicista ligado às correntes originárias de T. S. Eliot e I. A. Richards, por exemplo – censurou seus antecessores pela predominância de um “impressionismo débil” e, especificamente, sobre José Veríssimo, asseverou: “se aguçava mais no trato da coisa social (em literatura) do que da literatura

pura. Era um crítico da vida lítero-social” (1987, p. 699). Ao contrário do que defendeu José Veríssimo acerca dos dois períodos – colonial e nacional – Coutinho (1968, p. 160) pensou ambos como um único processo “contínuo da consciência literária no sentido da nacionalização”. E, por meio da consciência nativista, revolucionária, regional, nacional, enfim, através de uma evolução contínua de tais consciências, de um ajustamento dos estilos literários é que havia sido gerada a unidade de uma tradição literária, que iniciada desde 1830, chegou ao modernismo de 1922, como um projeto literário já amadurecido. Momento no qual a ideia de literatura enquanto identidade nacional começou a perder espaço no âmbito da crítica para a causa estética, propriamente dita, fazendo emergir novas exigências ao exercício crítico.

Assim é que, em reação ao ainda predominante pensamento dos críticos acima mencionados e de tantos outros não citados, Coutinho – como já o vinham fazendo críticos como Alceu Amoroso Lima (que, em oposição ao o método impressionista, propôs o expressionista, priorizando a obra em detrimento dos interesses do crítico) e Mário de Andrade (que também priorizou os elementos estéticos), por exemplo – reclamou uma crítica voltada para a obra em si mesma, para seus elementos intrínsecos, ou seja, para aquilo que lhe conferisse especificidade. Segundo Coutinho,

A literatura, como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde proveio (COUTINHO, 1978, p. 9-10).

Coutinho afirma não buscar, prioritariamente, aspectos históricos, sociológicos ou biográficos. Rejeitou a concepção do fato literário enquanto “documento de uma época, sociedade, raça ou grande individualidade” (1995, p. 308). Argumentou que “para um fato estético-literário é mais adequado um método estético-literário, inspirado em teoria estético-literária” (1969, p. 43). Coutinho esclareceu que não negava a importância dos aspectos extrínsecos à obra, visto que a integram à história da civilização, todavia expôs sua natureza enquanto elementos subsidiários.

Na sessão *Correntes Cruzadas* que assinou de 1948 a 1961, no Suplemento Literário do *Diário de Notícias*, reivindicou – na esteira do *new criticism* anglo-americano – mudanças nos padrões de aferição crítica no cenário nacional. Em sua coluna, no ano de 1957, alegou que não havia incompatibilidade entre a *nova crítica* e o impressionismo, desde que este fosse apenas um estágio inicial, pois a abordagem crítica “não deve[ria] ficar só nela, e sim superá-la, elevando-se aos estágios da análise e do julgamento” (*apud* COUTINHO, 1969,

p. 54). Antonio Candido, em entrevista concedida à Revista Cult (2010), alega que não foi Coutinho propriamente um crítico, mas um *critic's critic*, “uma espécie de doutrinador por meio do jornal, interessado em divulgar certas tendências modernas da crítica, sobretudo, a americana”.

Nesse amálgama de ideias surgidas em prol de um novo pensamento crítico, destaca-se o método crítico do próprio Antonio Candido, representando uma espécie de *tertium datur* no âmbito da crítica nacional. Candido sustenta na sua obra lançada, em 1959, *Formação da literatura brasileira*, que:

Toda crítica viva [...] parte de uma impressão para chegar a um juízo, e a história não foge a esta contingência. Isto não significa, porém, impressionismo nem dogmatismo, pois entre as duas pontas se interpõe algo que constitui a seara própria do crítico, dando seriedade ao seu propósito: o trabalho construtivo de pesquisa, informação, exegese (2007, p. 33).

A obra literária seria, assim, julgada por si mesma e por sua relação com o contexto com o qual dialoga. Candido adverte sobre um esteticismo mal compreendido que tentou negar a validade do método histórico. Sua crítica visa a analisar os fatores que atuam na organização interna da obra, se o fator social e histórico interfere nessa constituição, então deixará de ser periférico, “o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica” (2000, p. 7). Ao crítico, é possível ressaltar o elemento de sua preferência, desde que este atue na estruturação da obra. Observa Cândido que a preocupação exacerbada com os elementos intrínsecos pode obliterar a dimensão histórica e social, sempre legítima, e sem a qual o pensamento contemporâneo não enfrentará devidamente o fenômeno literário. Por julgar adequado, Candido demonstra inclinação ao método utilizado por Erich Auerbach (1892-1957) em *Mimesis - Dargestellte Wirklichkeit in der abendländischen Literatur*⁵, método que, por sinal, Otto Maria Carpeaux (1900-1978) denominou de estilístico-sociológico.

Segundo Candido, o conceito de *organicidade* da obra literária ao receber, das correntes ditas imanentistas, instrumento de investigação e terminologia adequada, permitiu variar o jogo dos fatores essenciais do todo orgânico da obra, inclusive, os histórico-sociais, ao contrário do que pareceu a princípio, reverbera sua legitimidade. Para ele:

A arte, e, portanto, a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal da linguagem, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação

⁵ A realidade representada na literatura ocidental.

técnica, indispensável à sua configuração, e implicando em uma atitude de gratuidade (1972, p. 53).

Sua crítica expressa de modo não impressionista, não formalista, não sociológica, não histórica em abas de exclusividade, reúne aspectos de todas essas vertentes.

De acordo com Candido, a literatura brasileira não nasceu, mas evoluiu da portuguesa. Ela se realiza enquanto sistema articulado a partir do Arcadismo, consolidando-se ao longo do Romantismo, tendo por base: autores, leitores e mecanismo transmissor, em interação orgânica. Tais elementos, manifestando-se historicamente, originam uma tradição. Seu método, pensado a partir de toda a tradição crítica acerca da literatura brasileira, tem como lastro a ideia de literatura enquanto fenômeno de civilização. Para ele, a literatura brasileira se configurou, quando se integrou socialmente.

Afrânio Coutinho, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, entre tantos outros, influenciaram decisivamente para o amadurecimento da crítica literária ocorrida durante a segunda metade do século XX, no cenário nacional.

Assis Brasil: um crítico da modernidade

Considerando a tradição crítica literária, convém ressaltar, no cenário da segunda metade do século XX, a importância do Suplemento Dominical do Jornal do Brasil (SDJB) em meio ao debate nacional sobre literatura e crítica literária. O SDJB circulou entre junho de 1956 e dezembro de 1961, constituindo um espaço privilegiado para o jornalismo cultural brasileiro. Nas décadas de 1950 e 1960, o país presenciou um momento de grande efervescência no que tange às produções artísticas em suas diversas formas de manifestação. Conforme Elizabeth Lorenzotti (2007, p. 10), em *Suplemento literário, que falta ele faz!*, tais décadas “foram extremamente férteis na produção cultural do país, que desfrutava de um período democrático e desenvolvimentista[...]. Naquela época, surgiram suplementos literários em quase todos os grandes jornais diários”.

O SDJB representou um marco na história da crítica literária, certamente, e foi o veículo que revelou o nome do escritor piauiense Francisco de Assis Almeida Brasil, conhecido como Assis Brasil. Seu texto de estreia, em 16 de setembro de 1956, foi acerca do romance *O velho e o mar* (*The Old Man and the Sea*), intitulado *O verdadeiro Hemingway*, ressaltando o tom inovador deste em relação aos demais romances do autor.

A militância crítica de Assis Brasil, tanto no SDJB quanto em outros veículos, possibilitou-lhe uma análise consistente acerca do fenômeno literário e da crítica, sobretudo, no contexto da segunda metade do século XX. Segundo ele, alguns

acontecimentos – como a campanha diária de Afrânio Coutinho, na coluna *Correntes cruzadas*, pela mudança nos padrões da crítica; o método crítico de Antonio Candido, bem como o de Fausto Cunha que partiram de princípios estéticos e priorizaram os valores totalizantes da obra, entre outros – formaram um lastro que possibilitou uma nova postura crítica no cenário nacional. Desse modo, formou-se uma crítica, segundo ele, também amadurecida por força da inovação estética de obras literárias que surgiram na época e que provocaram desconcerto e desordem nos métodos críticos tradicionalmente utilizados. As obras inaugurais de uma nova fase literária no Brasil, a que ele denominou de *a nova literatura brasileira* – tais como: *Doramundo* de Geraldo Ferraz e *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa; os contos de Samuel Rawet no livro *Contos do imigrante* e a chamada *poesia concreta*, criada por Décio Pignatari, Haroldo de Campos e Augusto de Campos – possibilitaram uma nova etapa no âmbito da literatura nacional não mais a reboque de acontecimentos políticos ou históricos. Tais produções literárias se diferenciaram por constantes estéticas e pelo emprego de recursos que se chocaram com a dinâmica das configurações literárias em voga, pois os escritores ousaram em experimentação criadora de modo satisfatório e universalista. Assis Brasil observa que foi no ano de 1956 que vieram a público todas as obras acima mencionadas. O que permite, sem contornos rígidos, fixar didaticamente um período de surgimento da chamada *nova literatura brasileira*. Este limite cronológico, no entanto, funciona apenas para efeito didático, pois, assegura o crítico, que obras anteriores são participantes desse clima de renovação.

Seu foco nos quatro volumes da coleção *A nova literatura* – escrita entre 1973 e 1975 e dividida em: o romance, o conto, a poesia e a crítica – está centrado na crítica e nas obras de criação produzidas dos anos de 1956 a 1970, período no qual as inovações, segundo ele, foram se consolidando no cenário brasileiro. Assis Brasil elucida que, conseqüentemente, ocorreram alterações nos padrões da crítica, advindas por meio dos efeitos dessa *nova literatura*. O trabalho crítico exercido pelo grupo atuante no SDJB, a partir de 1956, sem preterir o empenho dos antecessores que contribuíram para o surgimento do que ele, seguindo a linha terminológica de Afrânio Coutinho, mas conferindo novo sentido, também denominou, de *a nova crítica*.

A *nova crítica*, consoante os postulados assisianos, surgiu praticamente uma década após a campanha de Afrânio Coutinho – que foi considerado por ele como um dos seus predecessores. Embora não constituísse uma terminologia inédita, a *nova crítica*, conforme os termos assisianos, distinguiu-se daquela tutelada por Afrânio Coutinho. Nos escritos de Assis Brasil, a *nova crítica* não existiria fora do contexto da *nova literatura brasileira*. Assim, não representou uma transposição ou um escólio do *new criticism*, tampouco uma versão

rearranjada dos argumentos de Coutinho. Era ela parte integrante e consequência imediata da *nova literatura* que, ao emergir, causou desordem nos referenciais críticos nacionais. Desse modo, houve a necessidade de revisão dos referenciais da crítica diante de padrões estéticos mais avançados propiciados pelos *novos escritores*.

Assinalou em seus escritos que, com o declínio do SDJB, a nova crítica foi se tornando cada vez mais rarefeita e a crítica praticada nas universidades se fazia sintomaticamente, porque surgia repleta de “esoterismos terminológicos”. Após a década de 1970, Assis Brasil passou de um tom coletivo centrado na *nova crítica* a uma perspectiva particular do seu próprio exercício crítico. Deixando a terminologia *nova crítica*, passou a defender a *crítica reflexiva*, como método próprio. Estabelecendo parâmetros, partiu do pressuposto de que a obra literária é determinante do método crítico, nunca o contrário. A *crítica reflexiva* considera que “uma obra literária tem sua especificidade e nenhuma abordagem teórica se completa dentro dos infinitos aspectos do *objeto* criado” (1995, p. 15). Tal crítica se configura como uma *visão armada* (Coleridge), autônoma e sem subterfúgios impressionistas. Advogou que somente seria considerada *reflexiva*, uma crítica que permitisse uma reflexão concomitante sobre a obra, sobre a crítica e sobre a postura do crítico.

A *crítica reflexiva* – cuja configuração só foi possível devido ao trabalho sistemático promovido pela *nova crítica* – “trata dos valores qualitativos de uma obra e não apenas do [seu] mecanismo estrutural” (BRASIL, 1995, p. 38). Por ser genuinamente criadora, nega-se à postura subsidiária de quaisquer teorias importadas aleatoriamente que tomam a obra como “paciente inerte”, revolvendo sua pele, sem descer às suas entranhas (BRASIL, 1975a, p. 67). Assim, contestou a importação de métodos e teorias engendradas por demandas de outras áreas do saber – construídas segundo contextos específicos, por vezes, de culturas estrangeiras – como fundamento para analisar uma obra literária, por mais “universal” que seja a mensagem apreendida a partir de seus elementos configuradores. A obra deve ser, portanto, tomada pelo crítico para além de uma peripécia verbal manipulável, pois em sua fatura há arranjos em íntima relação com o referente, conferindo tessitura a um não-senso, a um *caos-cosmo* (Gilles Deleuze). Sua crítica apresenta-se criadora, segundo ele, porque não prescinde da metalinguagem.

Nas últimas décadas do século XX, destaca Assis Brasil, a crítica foi transferida dos jornais, dos suplementos, para a cátedra, para as Faculdades de Letras, de onde costumam surgir repleta de esoterismos terminológicos, resultando um tipo de aferição, por vezes, forçado e de sofisticação gratuita que termina por “desfigurar a verdadeira crítica literária, a de diretriz reflexiva” (BRASIL, 1995, p. 38). Tal reclamação permite entrever uma ênfase

na validade de sua *crítica reflexiva*. E, nesse processo, revela ele a influência recebida de Antonio Candido ao afirmar que no processo de análise, de interpretação ou ainda de julgamento de uma obra, dentro de um código de valores, “podemos recorrer àquele ‘sistema’ de obras e experiências inter-relacionadas [...] que nos fornecerá uma espécie de matriz, de modelo, dentro de uma variante de trabalho” (BRASIL, 1975a, p. 62). Nesse estágio, Assis Brasil defendia haver uma tradição da *nova literatura* por ele observada, embora tivesse a *nova crítica* esmaecido dentro do contexto no qual os suplementos se reduziam e a academia passava a se destacar como *locus* privilegiado do fazer crítico.

Vale ressaltar que, quando Assis Brasil publicou o volume IV da coleção *A nova literatura*, em 1975, sistematizando seu método particular, era ainda crítico militante, escrevendo para alguns jornais, como: O Globo, Correio da manhã, Jornal de Letras, Tribuna da Imprensa, entre outros. Contava com treze livros de ficção, entre romances e contos que, somados aos ensaios críticos, totalizavam vinte e cinco obras. Tinha, à época, sido premiado duas vezes com o prêmio Walmap; em 1965, com o romance *Beira rio beira vira* e, em 1975, com *Os que bebem como os cães*. Falecido em 28 de novembro de 2021, deixou 133 obras lançadas nos mais diversos gêneros: romances, contos, novelas, narrativas infantojuvenis, ensaios, antologias, livros didáticos e dicionários temáticos. O conjunto de sua obra pode ainda crescer, uma vez que o escritor deixou algumas obras inéditas que poderão ainda ser publicadas. Assis Brasil se insere em um grupo de escritores que, paralelamente à sua literatura de criação, escreveu crítica literária, bem como reflexões sobre ela.

A crítica assisiana revela um conhecimento vasto acerca da produção literária nas mais diversas línguas, sua atividade de tradutor foi fundamental para a amplitude de sua ensaística. Seu último ensaio crítico de fôlego foi publicado em 2007, *A trajetória poética de Lêdo Ivo: transgressão e modernidade* – sua centésima décima quarta obra. Em compasso binário, foram entrelaçados aspectos estéticos e biográficos relevantes para maior alcance analítico da obra de Lêdo Ivo. Para este estudo, Assis Brasil designou o método estético-existencial, segundo ele, adequado para o tipo de poesia produzida pelo poeta alagoano. A crítica assisiana não marginaliza o conteúdo, este é tomado contiguamente aos aspectos formais. Para ele, o verdadeiro escritor nunca inovará exclusivamente só na forma ou no conteúdo, visto que novos conteúdos não compactuam com estagnação formal.

Ao sistematizar as diretrizes do seu método, Assis Brasil dialoga com críticos de diversas culturas e apresenta suas conclusões como um passo adiante. Essa ideia de progresso foi estendida por ele a outros críticos atuantes no SDJB, como Mário Faustino,

Fausto Cunha e Haroldo de Campos, para citar três nomes, não obstante suas especificidades.

Assis Brasil esclareceu que, além de considerar o contexto no qual a obra surgiu, para a eficácia da *crítica reflexiva* não se podia negligenciar também uma das condições inalienáveis da obra literária, a sua natureza perdurável: seus valores assegurados para além do contexto que a engendrara. Ponderando este e outros atributos, tal crítica teria razões para não eleger um pensamento estético que lhe tolhesse as amplas perspectivas diante de uma obra em análise. Assim sendo, pode-se dizer que se trata de um método aberto a buscas constantes de sentido para o fenômeno literário que, por seu turno, não cessaria de codificar a si mesmo, bem como as informações que veicula e que se fazem renovadas a cada leitura que dele se faz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as questões, aqui, levantadas em relação ao fenômeno literário e da crítica, é possível perceber que se trata de expedientes perpassados por diversos fatores sócio-históricos. Aristóteles, na sua *Poética*, já mostrava a complexidade da questão, quando tratou a *mimese* como algo congênito ao homem e que se faz como produção, contrariando o mestre Platão que a via como imitação de segunda ordem. Ao longo da história, o termo literatura abrigou textos de diversas áreas do conhecimento até que, por forças teóricas de correntes literárias elaboradas no contexto do início do século XX, conforme Vítor Manuel de Aguiar e Silva, a questão fosse repensada, passando-se a buscar um conceito referencial para o lexema literatura. Tal marco não reduziu o campo do debate, mas o raio semântico do termo.

Em solo nacional, a discussão acerca da literatura e da crítica se fez convulsiva por um longo tempo, sobretudo, porque a crítica literária brasileira se configurou contornada pelas exigências da construção de uma identidade nacional, durante o período do Romantismo. Assim, ao longo da segunda metade do século XIX, desejou-se estabelecer o que seria, de fato, não a literatura *tout court*, mas uma literatura nacional. E, na esteira de Afrânio Coutinho, pode-se dizer que, enquanto tradição consciente, a chamada literatura nacional se consolidou durante o Romantismo, chegando ao amadurecimento no período do Modernismo.

Durante o século XX, muitos estudiosos contribuíram para o recrudescimento da discussão acerca do fenômeno literário e todo o arcabouço conceitual à sua volta. Contudo, para fins de atender a metodologia desta pesquisa, optou-se por culminar a discussão com

as contribuições do escritor e crítico piauiense Assis Brasil, uma vez que ele pensou a partir de uma postura crítica ampla – a *nova crítica* – e de uma perspectiva peculiar que caracterizou a sua prática enquanto crítico literário atuante. Para tratar do seu próprio método, ele cunhou o termo *crítica reflexiva*, que foi elaborada como estágio posterior ao da *nova crítica* cuja configuração se deu com base no trabalho realizado, de modo especial, pelos críticos atuantes no SDJB. Segundo seus postulados, somente seria considerada uma autêntica *crítica reflexiva* aquela que permitisse uma reflexão concomitante sobre a obra, sobre a crítica e sobre a postura do crítico. Uma vez que não foi elaborada segundo um modelo específico, mas se faria segundo as demandas de cada obra, tal metodologia só é entendida mais devidamente no acompanhamento das críticas realizadas por Assis Brasil ao longo de vários lançamentos.

Novas concepções do fenômeno literário surgem, dialeticamente, de novas posturas teóricas das quais a crítica se utiliza para processar suas análises e julgamentos. Assim, a ideia aqui foi apresentar uma linha genealógica que possibilitasse uma discussão, ainda que minimamente circunscrita, quando considerada a amplitude do debate, desde os primórdios à modernidade em curso, em diversas culturas e contextos históricos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Almedina, 2007.

ASSIS, Machado de. Instinto de Nacionalidade. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Caminhos do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Ed. Americana/Prolivro, 1974. p. 343-351, v.I.

BRASIL, Assis. **A nova literatura: a crítica**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975a.

BRASIL, Assis. **A nova literatura: o conto**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975b.

BRASIL, Assis. **A nova literatura: o romance**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1973.

BRASIL, Assis. A nova literatura brasileira: o romance, a poesia, o conto. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **A nova literatura no Brasil: relações e perspectivas conclusão**. São Paulo: Global, 2004. v. 06.

BRASIL, Assis. **Joyce e Faulkner: o romance da vanguarda**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

BRASIL, Assis. **Teoria e prática da crítica literária**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CANDIDO, Antonio. **O método crítico de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

COUTINHO, Afrânio. **Crítica e críticos**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1969.

COUTINHO, Afrânio. **Crítica e teoria literária**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro/UFC/PROED, 1987.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda., 1999.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAKOBSON, Roman. **Huit questions de poétique**. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

LORENZOTTI, Elizabeth. **Suplemento literário, que falta ele faz!: 1956 – 1974 do artístico ao jornalístico – vida e morte de um caderno cultural**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

MAGALHÃES, Gonçalves. Discurso sobre a história da literatura no Brasil. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Caminhos do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Ed. Americana/Prolivro, 1974. p. 30-61, v. I.

MOREJON, Julio Garcia; MARTINS, Manoel Dias. O idealismo linguístico e a estilística literária. **Alfa**, Marília, p. 151-165, 1967. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3302/3029>>. Acesso em: 13 maio 2022.

NUNES RIBEIRO, Santiago. Da nacionalidade de literatura brasileira. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Caminhos do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Ed. Americana/Prolivro, 1974. p. 30-61, v. I.

PINTO, Manuel da Costa. **A vocação crítica de Antonio Candido**. Entrevista concedida à Revista Cult, em 11 set. 2002. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/vocacao-critica-de-antonio-candido/>. Acesso em: 13 maio 2023.

REALE, Giovanne; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do Romantismo ao Empiriocriticismo**. São Paulo: Paulus, 2005.

ROMERO, Sílvio. **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SAFRANSKI, Rüdiger. **Romantismo: uma questão alemã**. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1963.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Como citar:

ABNT

RIBEIRO, F. Espaço da Literatura e da Crítica – alternâncias e continuidades. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 8, e202225, 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202225>>. Acesso em: 31 dez. 2022.

APA

Ribeiro, F. Espaço da Literatura e da Crítica – alternâncias e continuidades. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 8, e202225, 2022. Recuperado em 31 dezembro, 2022, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202225>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2022, Universidade Federal do Maranhão.

